

## A IMPORTÂNCIA DOS *THINK TANKS* PARA A DIVULGAÇÃO DO NEOLIBERALISMO NO BRASIL

Lidiane Elizabete Friderichs\*

**Resumo:** No processo da redemocratização do país, seguimentos da direita brasileira passaram a se aglutinar em torno de um novo bloco político e econômico – o neoliberalismo. Esse é divulgado, entre outros meios, a partir de uma rede de *think tanks* que atua tanto nacional, como internacionalmente. Nesse sentido, esse artigo traçara algumas considerações sobre o surgimento e o propósito dos institutos criados para divulgar mundialmente o neoliberalismo. Num segundo momento, se discutirá o caso de dois *think tanks* brasileiros e seu papel para a criação e a difusão de um projeto neoliberal para o país.

**Palavras-chaves:** Neoliberalismo – Think tanks – Brasil

### THE IMPORTANCE OF THINK TANKS FOR THE NEOLIBERALISM'S DISSEMINATION IN BRAZIL.

**Abstract:** During the country's re-democratization process, some Brazilian right wing sectors started to gather forces around a new political and economic doctrine - the neoliberalism. It was disseminated, aside from other means, through a network of *think tanks* working inside the country and abroad. In this regard, this article will develop some considerations about the emergence and the purpose of such institutes, created to disseminate the neoliberalism worldwide. Following, the case of two Brazilian *think tanks* will be analyzed, regarding their role for the creation and dissemination of a neoliberal project for the country.

**Keywords:** Neoliberalism – Think tanks - Brazil

---

\* Doutoranda em História pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), bolsista CAPES. E-mail: lidifriderichs@gmail.com.

A partir do processo da abertura política, entre meados dos anos 1970 e meados dos anos 1980, tem início no Brasil um processo de recomposição das direitas em torno de um novo bloco político e econômico, o neoliberalismo. O período da redemocratização causou às classes empresariais certa insegurança a respeito dos caminhos que a economia e a política poderiam seguir, pois com a confecção de uma nova Constituição e com um processo eleitoral mais amplo, seus interesses poderiam perder espaço frente a projetos ligados a grupos de esquerda. Dessa forma, uma nova articulação para manter sua influência e seus interesses no centro do jogo político se fazia necessária.

Sergio Morresi<sup>1</sup> define o grupo neoliberal que emerge na Argentina em 1983, no período da redemocratização do país, como uma nova direita. Essa tem sua origem na velha direita, com a qual compartilhou “ideas, hombres, planes y gobiernos en más de una ocasión”. Seu caráter inovador, que justifica a utilização do termo “novo”, é atribuído pelo abandono das proposições do liberalismo moderno (pró-estatal) e pela adoção da teoria neoliberal (essencialmente antiestatal). Para o autor, é essencial compreender essa nova direita, pois ela “fue, es y por lo que parece continuará siendo crucial (al menos en el futuro inmediato) en la delimitación de lo que las mayorías pueden o no hacer en Argentina”<sup>2</sup>. Por essa concepção é possível pensar também a direita brasileira que irrompe com a redemocratização em 1985. Da mesma forma que na Argentina, ela não é necessariamente formada por um grupo de pessoas diferentes, mas adota uma nova concepção política e econômica, com base no neoliberalismo, (obviamente essa mudança é paulatina e seus parâmetros vinham sendo estabelecidos desde a década anterior).

Nesse contexto são fundados alguns institutos, conhecidos como *think tanks* (TTs)<sup>3</sup>, que passaram a congregiar uma série de empresas e de dirigentes empresariais,

---

<sup>1</sup>MORRESI, Sergio. *La nueva derecha argentina: la democracia sin política*. Los Polvorines: Univ. Nacional de General Sarmiento; BuenosAires: Biblioteca Nacional, 2008.

<sup>2</sup>MORRESI, Sergio. *La nueva derecha argentina: la democracia sin política*. Los Polvorines: Univ. Nacional de General Sarmiento; BuenosAires: Biblioteca Nacional, 2008. (P. 8)

<sup>3</sup> Os *think tanks* surgiram nos Estados Unidos, na primeira década do século XX, com o objetivo de profissionalizar a política, ou seja delegar a especialistas as discussões sobre os problemas estatais. As primeiras instituições voltaram-se para a temática da política externa e em seguida para as reformas do Estado. A partir da década de 1960 e 1970 seu uso se expandiu e suas ideias, agora mais amplas e englobando várias áreas, passam a ser difundidas em revistas e jornais. O apoio financeiro de



com o objetivo de tornar coesas as propostas desse grupo e divulgar entre seus pares e para a sociedade em geral o neoliberalismo, que era apresentado como uma solução inovadora para os problemas que impediam o desenvolvimento dos países latino-americanos. De uma forma geral, os *TTs* podem ser definidos como institutos de pesquisa privados, organizados pela sociedade civil que, sem fins de lucro, produzem informação e conhecimento com o objetivo central de influenciar em algum aspecto o processo de criação das políticas públicas<sup>4</sup>.

Não existe um consenso, na literatura que trabalha com o tema, quanto a definição de quais institutos podem ou não ser considerados *think tank*, devido a diferenças de conteúdo, das formas de atuação e do financiamento dos diversos institutos. Para James McGann, os *TTs* operam de forma diversa, trabalham com várias atividades relacionadas a política e possuem diferentes graus de independência financeira e intelectual. Todos, no entanto, seguem uma mesma função: “hacer que el conocimiento y la pericia influyan en el proceso de creación de políticas”<sup>5</sup>, se convertendo em parte permanente do panorama social dos países que atuam. Para algumas organizações, como as empresas de *lobbying* ou as que defendem grupos específicos, ser considerado um *TT*, traz uma autoridade intelectual que os eleva acima da política baseada em meros interesses particulares.

Nas últimas décadas os *think tanks*<sup>6</sup> se transformaram em instituições muito influentes dentro dos espaços políticos, buscando interferir e/ou influenciar nos debates

---

corporações, partidos políticos, universidades, além do próprio Estado, foram essenciais para a disseminação dos *TTs*. Desde então, o crescimento desses institutos é contínuo e se pauta na defesa de determinadas correntes político-ideológicas, embora se apresentem como organizações independentes. No Brasil, o aparecimento desses institutos remonta a década de 1940, com a criação da *Fundação Getúlio Vargas* em 1944. Nos anos de 1960 se destacam o *Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais* (IPES) e o *Instituto Brasileiro de Ação Democrática* (IBAD), os quais atuaram na crise que levou a deposição de João Goulart. A partir da década de 1980 ocorre o crescimento desses institutos, principalmente aqueles ligados as elites econômicas do país.

<sup>4</sup>ACUÑA, Carlos. Enseñanzas, mitos y realidades de la coordinación entre la sociedad civil y el Estado en América Latina. Un análisis comparativo de la incidencia de think tanks y su coordinación con el Estado para mejorar políticas y programas de combate a la pobreza en México, Brasil, Ecuador y Uruguay. IN: *XIV Congreso Internacional del Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo (CLAD) sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública*. Salvador de Bahía, Brasil, 27 - 30 de octubre 2009. (P. 4)

<sup>5</sup>McGANN, James. Think tanks y La transnacionalización de la política exterior. *Electronic Journal of the US Department of State*, v. 7, n. 3, 2002. (P. 3)

<sup>6</sup> De acordo com o relatório elaborado anualmente por James G. McGann existem hoje no mundo 6.826 *TTs*, sendo distribuídos da seguinte forma: 1.984 na América do Norte; 1.881 na Europa; 1.201 na Ásia; 662 na América Central e do Sul; 612 na África subsaariana; 551 no Oriente Médio e Norte da África e



e nos projetos governamentais. Uma parte significativa dessas fundações se promove como independente de vínculos partidários, afirmando produzir um conhecimento puramente científico e autônomo. Apesar de se auto intitulem como imparciais, os *TTs* se caracterizam por defender interesses específicos, de acordo com o grupo que os criou e/ou financia. Dessa forma, se utilizam de uma série de estratégias para influenciar a política, desde a organização de palestras e cursos, conferências em universidades, criação de páginas na internet, até a participação de seus *experts* em cargos governamentais e na assessoria em eleições e equipes consultivas, além de se valerem dos meios de comunicação para influenciar a opinião pública.

Nesse sentido, esse artigo abordará sucintamente duas questões, num primeiro momento será brevemente discutido o surgimento das instituições de debate e divulgação do neoliberalismo em nível transnacional. Na segunda parte, se discutirá o papel de dois *think tanks* brasileiros, o *Instituto de Estudos Empresariais* e o *Instituto Liberal*, que se ocuparam da produção e da divulgação das propostas neoliberais, desde a sua fundação no começo da década de 1980. Ambos continuam em atuação, mas a análise se restringirá aos seus primeiros anos de funcionamento (1983-1995). Esses *TTs* pregavam a necessidade da redefinição das atribuições do Estado e delegavam os problemas que o Brasil e a América Latina enfrentavam ao intervencionismo na vida econômica. Dessa forma, passaram a produzir materiais e promover seminários e palestras, oferecidos tanto para o público em geral, como para públicos selecionados com o objetivo de debater os problemas relacionados ao desenvolvimento do Brasil e da América Latina e apresentar o neoliberalismo como solução para eles, assim como, propagandear as experiências do Chile, EUA e Inglaterra como exemplos bem-sucedidos desse modelo de desenvolvimento.

### **O surgimento dos institutos de divulgação do Neoliberalismo**

---

38 na Oceania. O país que lidera o *rank* com mais institutos é os EUA, com um total de 1.828, em segundo lugar vem a China com 426 e em terceiro a Inglaterra com 286. O Brasil aparece em 13º lugar com 81 institutos (MCGANN, 2013).



A fundação da *Sociedade Mont Pèlerin* em 1947 marca, de acordo com Puello-Socarrás<sup>7</sup>, o nascimento *in vitro* do neoliberalismo. Essa surgiu por iniciativa de Friedrich Hayek que reuniu uma série de intelectuais das áreas de economia, filosofia e história, na cidade de Mont Pelerin (Suíça) para discutir o destino do liberalismo<sup>8</sup> e fomentar um espaço de debates e produção em torno do que consideravam os perigos da sociedade da época e apresentar as propostas de superação desses males a partir da aplicação das doutrinas (neo)liberais. Por influência e orientação dessa Sociedade surgiram uma série de *think tanks*, centros de instigação e vínculos com universidades, que tinham por objetivo divulgar os autores e as principais discussões em torno do neoliberalismo.

Segundo o mesmo autor, o nascimento *in vivo* do neoliberalismo se dá no ano de 1973, data do início da crise do petróleo e do Golpe de Estado no Chile, o qual “marca la instalación de las bases del régimen económico-político neoliberal en la región”<sup>9</sup>. Augusto Pinochet contou com a assessoria, em matéria de reformas econômicas e sociais, de importantes nomes do pensamento neoliberal, como Friedrich Hayek, Milton Friedman e dos chamados *Chicago’s Boys*.

Para Daniel Mato<sup>10</sup>, três instituições privadas se destacam como produtoras e divulgadoras das ideias (neo)liberais, são elas: a já citada *Sociedade Mont Pèlerin*, o *Institute of Economic Affairs (IEA)* e o *Atlas Economic Research Foundation (Atlas)*. Antony Fischer, seguidor das ideias de Hayek fundou dois desses *TTs*, o *Institute of Economic Affairs (IEA)*, em Londres, no ano de 1955, e o *Atlas Economic Research Foundation*, em Washington no ano de 1981. Hayek, teria sugerido a Anthony Fisher que “para lograr el avance de las ideas liberales lo más aconsejable era incidieren los

---

<sup>7</sup>PUELLO-SOCARRÁS, José Francisco. Ocho tesis sobre el Neoliberalismo (1973-2013). In: RAMÍREZ, Hernán (Org.) *Neoliberalismo sul-americano em clave transnacional: enraizamiento, apogeu e crise*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2013, p.13-57.

<sup>8</sup> De acordo com Daniel Mato (2007, p.27), atualmente a Sociedade Mont Pelerin “conta com 500 membros, de 40 países, entre os quais altos funcionários governamentais, prêmios Nobel de Economia, homens de negócios, jornalistas e acadêmicos” (Tradução própria).

<sup>9</sup>PUELLO-SOCARRÁS, José Francisco. Ocho tesis sobre el Neoliberalismo (1973-2013). In: RAMÍREZ, Hernán (Org.) *Neoliberalismo sul-americano em clave transnacional: enraizamiento, apogeu e crise*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2013, p.13-57. (P. 18)

<sup>10</sup>MATO, Daniel. THINK TANKS, fundaciones y profesionales en la promoción de ideas (neo)liberales en América Latina. In: GRIMSON, Alejandro. *Cultura y Neoliberalismo*. CLACSO: Buenos Aires, 2007.



intelectuales con argumentos sólidos, porque estos a su vez influirían en la opinión pública y los políticos la seguirían”<sup>11</sup>.

De uma forma geral, o *IEA* e o *Atlas* têm propósitos e seguem uma linha de pensamento e atuação bastante semelhantes, ambos objetivam explicar as ideias de livre mercado a um público amplo, incluindo políticos, estudantes, jornalistas empresários, acadêmicos, entre outros. Seu funcionamento engloba ações diversas, desde o financiamento de projetos de pesquisa, publicação de livros e revistas, até a organização de diversos tipos de eventos. Tanto o *IEA* como o *Atlas* promovem, apoiam e financiam a criação de instituições de cunho liberal ao redor do mundo. “La cantidad de miembros de la red Atlas ha crecido rápidamente desde la década de 1980: el directorio global de la fundación incluye actualmente 448 instituciones repartidas por todo el mundo (incluidos 79 *thinktanks* latinoamericanos)”<sup>12</sup>.

Essas organizações, defendem a mínima interferência do Estado nas relações econômicas e sociais, desejando alcançar uma sociedade de indivíduos livres e responsáveis, baseada nos direitos de propriedade privada, governo limitado e respeito as leis. O *Atlas Foundation* incentiva seus intelectuais a formular propostas de políticas públicas, divulgar trabalhos de potenciais líderes da opinião pública, apoiar os coordenadores dos institutos no desenvolvimento de habilidades de liderança e de gerência e a manter uma rede de circulação do trabalho de seus pares, através da publicação de texto e da realização de eventos<sup>13</sup>. De acordo com Mato, é possível afirmar

*[...] que la producción social de representaciones de ideas (neo)liberales se relaciona no sólo con las prácticas de actores sociales locales y nacionales, sino también con las de actores sociales transnacionales. [...] En estos tiempos de globalización, los procesos de producción social de representaciones de ideas social y/o políticamente significativas, sean las (neo)liberales u otras, son procesos de construcción de sentido, de creación y*

<sup>11</sup>MATO, Daniel. THINK TANKS, fundaciones y profesionales en la promoción de ideas (neo)liberales en América Latina. In: GRIMSON, Alejandro. *Cultura y Neoliberalismo*. CLACSO: Buenos Aires, 2007. (P. 32)

<sup>12</sup>FISCHER, Karin e PLEHWE, Dieter. La formación de la sociedad civil neoliberal en América Latina: redes de think tanks e intelectuales de la nueva derecha. In: RAMÍREZ, Hernán (Org.) *Neoliberalismo sul-americano em clave transnacional: enraizamiento, apogeu e crise*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2013, p.58-78. (P. 65)

<sup>13</sup>MATO, Daniel. THINK TANKS, fundaciones y profesionales en la promoción de ideas (neo)liberales en América Latina. In: GRIMSON, Alejandro. *Cultura y Neoliberalismo*. CLACSO: Buenos Aires, 2007. (P. 30)



*circulación de significados, deprácticas de resignificación, en los que participan actores nacionales y transnacionales*<sup>14</sup>.

O neoliberalismo é muitas vezes identificado como um pensamento único, que não apresenta controvérsias. No entanto, como toda corrente intelectual, ele não é coeso e conta com várias roupagens, encabeçadas por diferentes correntes. “Más que un discurso económico, el neoliberalismo es un metadiscurso que articula muchos otros”, dentre os quais se pode incluir o discurso católico e nacionalista<sup>15</sup>. Apesar das diferenças, o princípio geral da construção de uma sociedade de mercado (mais que uma economia de mercado) é intocável. “Para todos los neo-liberales, los problemas de la sociedad, las dinámicas públicas y las tensiones y conflictos societales deben ser sancionados y considerados unívocamente bajo una óptica *individualista en el mercado*”<sup>16</sup>.

Hernán Ramírez<sup>17</sup>, expõe o aparente paradoxo existente entre as ideias liberais que se dizem defensores da liberdade e da democracia, mas que, em alguns casos, como das ditaduras civis militares da América Latina, principalmente a do Chile, proporcionaram o nascedouro dessas políticas. Esse paradoxo enunciado por Miles Kahler (1989) e Peter Evans (1992), ajuda a explicar, segundo Ramírez, “una simbiosis que sólo en apariencia es contradictoria”, pois o neoliberalismo, “a pesar de posicionarse discursivamente contra la acción estatal, se valió de ella para imponerse”, principalmente em governos conservadores e autoritários. De acordo com o autor,

*El agregado del prefijo neo puede dar la impresión que el neoliberalismo fuese una continuación, actualizada, del liberalismo decimonónico. Mas, de este se diferencia precisamente por su lado político, ya que no hay una preocupación por las libertades civiles, las que se consideran prácticamente una extensión de las económicas, como nos demuestra el hecho de que ella*

<sup>14</sup>MATO, Daniel. THINK TANKS, fundaciones y profesionales en la promoción de ideas (neo)liberales en América Latina. In: GRIMSON, Alejandro. *Cultura y Neoliberalismo*. CLACSO: Buenos Aires, 2007. (P. 39)

<sup>15</sup>RAMÍREZ, Hernán. El neoliberalismo en una perspectiva conosureña de largo plazo. In: RAMÍREZ, Hernán (Org.) *Neoliberalismo sul-americano em clave transnacional: enraizamiento, apogeu e crise*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2013, p.311-348. (P. 325-326)

<sup>16</sup>PUELLO-SOCARRÁS, José Francisco. Ocho tesis sobre el Neoliberalismo (1973-2013). In: RAMÍREZ, Hernán (Org.) *Neoliberalismo sul-americano em clave transnacional: enraizamiento, apogeu e crise*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2013, p.13-57. (P. 27)

<sup>17</sup>RAMÍREZ, Hernán. El neoliberalismo en una perspectiva conosureña de largo plazo. In: RAMÍREZ, Hernán (Org.) *Neoliberalismo sul-americano em clave transnacional: enraizamiento, apogeu e crise*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2013, p.311-348. (P. 320)



*está ausente de los estatutos de la Sociedad Mont Pèlerin, así como el propio Friedrich Hayek no viera contradicción alguna en asesorar al régimen dictatorial chileno, uno de los que fue más lejos en el cercenamiento de las mismas<sup>18</sup>.*

Outra ideia equivocada é pensar no neoliberalismo apenas como um princípio econômico, ele é, antes de tudo um “*Proyecto económico-político de clase (capitalista)*”, que revela grande força social e política. De acordo com Puello-Socarrás, as disciplinas de Administração e Ciência Política tem mostrado a pretensão imperialista do neoliberalismo em termos de produção de saberes e conhecimento social e humano que os tentam efetivar em nível de alienação ideológica<sup>19</sup>.

Estudar a ligação entre neoliberalismo e seus divulgadores, principalmente os *TTs* e suas redes transnacionais, ajuda a entender como suas políticas e concepções tornaram-se praticamente unânimes em todas as partes do mundo. Para Fischer e Plehwe<sup>20</sup>, “los *think tanks* proporcionan una infraestructura crucial y una capacidad de transmisión cada vez más profesional para sus intereses políticos de clase”.

### **Os *think tanks* e as propostas neoliberais para o Brasil**

Na segunda parte desse artigo, passamos a discutir a difusão das ideias neoliberais para o Brasil, que como vimos na primeira parte do texto, fazem parte de um movimento de internacionalização das concepções e das políticas neoliberais. Os institutos responsáveis, junto com meios midiáticos e universitários, pela divulgação dessas ideias não as fazem de forma isolada, contando com ramificações que as interligam com *TTs* da América Latina, dos EUA, da Europa e de outras regiões do mundo. Alguns desses institutos foram criados justamente com a finalidade de serem os

---

<sup>18</sup>RAMÍREZ, Hernán. El neoliberalismo en una perspectiva conosureña de largo plazo. In: RAMÍREZ, Hernán (Org.) *Neoliberalismo sul-americano em clave transnacional: enraizamiento, apogeu e crise*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2013, p.311-348. (P. 321)

<sup>19</sup>PUELLO-SOCARRÁS, José Francisco. Ocho tesis sobre el Neoliberalismo (1973-2013). In: RAMÍREZ, Hernán (Org.) *Neoliberalismo sul-americano em clave transnacional: enraizamiento, apogeu e crise*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2013, p.13-57. (P. 23)

<sup>20</sup>FISCHER, Karin e PLEHWE, Dieter. La formación de la sociedad civil neoliberal en América Latina: redes de think tanks e intelectuales de la nueva derecha. In: RAMÍREZ, Hernán (Org.) *Neoliberalismo sul-americano em clave transnacional: enraizamiento, apogeu e crise*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2013, p.58-78. (P. 63)





elos de unificação das diferentes organizações de defesa e propagação dos princípios do livre mercado. Duas delas, a *Atlas* e a *IEA* foram apresentadas rapidamente, embora existam outras que cumpram um papel parecido.

O *Instituto Liberal* e o *Instituto de Estudos Empresariais*, tem vinculação com inúmeras instituições nacionais e internacionais de mesmo propósito. Apesar do objetivo desse texto não ser discutir essa ligação, é importante salientar que suas atuações não são isoladas. O *Instituto de Estudos Empresariais (IEE)* foi fundado em Porto Alegre, no ano de 1984 pelo empresário William Ling (Grupo Petropar) e atua, principalmente, na formação de lideranças empresariais “com base nos conceitos de economia de mercado e livre iniciativa”<sup>21</sup> e na organização de eventos que visam “difundir conceitos e elaborar propostas coerentes com os valores defendidos pela entidade”. Para isso, o instituto realiza todos os anos em Porto Alegre, desde 1988, o *Fórum da Liberdade*, um evento de debates políticos e econômicos que conta com importantes nomes nacionais e internacionais da cultura, economia e política, alicerçados nos fundamentos (neo)liberais<sup>22</sup>.

O *Instituto Liberal (IL)* foi fundado no Rio de Janeiro em 1983, pelo empresário Donald Stewart Jr.<sup>23</sup> e tinha por objetivo difundir as ideias liberais para a sociedade brasileira. Nos anos seguintes, o instituto se expandiu e foram criadas redes em diversas capitais: Porto Alegre, São Paulo, Brasília, Curitiba, Belo Horizonte, Salvador e Recife, as quais desenvolviam atividades autônomas, mas mantinham o mesmo propósito e visão de mundo da mantenedora<sup>24</sup>. O *IL* se define como “produtor de ideias e construtor de influências”, seu objetivo é promover a pesquisa, a produção e a divulgação de bens educacionais e culturais com base nos princípios dos direitos

---

<sup>21</sup> Informações retiradas do site: <http://www.iee.com.br/home/> Acesso em: 01/06/2015.

<sup>22</sup> Como mantenedores e apoiadores do *IEE*, constam os seguintes grupos: Gerdau, Ipiranga, Agiplan, Brasil Insurance, Belmondo, CMPC Celulose Riograndense, Dana, Pottencial Seguradora, pwc e Stemac. Informações retiradas do site: <http://www.iee.com.br/home/> Acesso em: 01/06/2015.

<sup>23</sup> Além de Donald Stewart Jr. (Ecisa Engenharia), também participaram da criação do *IL* Jorge Gerdau Johannpeter (Grupo Gerdau), Jorge Wilson Simeira Jacob (Grupo Fenícia), Roberto Konder Bornhausen (Unibanco), Wiston Ling (Olivebra), entre outros (GROS, 2002, p.143).

<sup>24</sup> Para que todas as regionais mantivessem os mesmo princípios da mantenedora, foi criado o Conselho Nacional dos Institutos Liberais, pelo qual se estabeleceu que todas as instituições estaduais deveriam manter o mesmo nome e ser geridas pelo mesmo estatuto. Foram presidentes do Conselho Nacional dos Institutos Liberais desde sua criação: Jorge Gerdau Johannpeter (1990-1992); Donald Stewart Jr. (1992-1994); Roberto Konder Bornhausen (1994-1996) e Jorge Wilson Simeira Jacob (1996-1998). (GROS, 2002, p.144).

individuais, de governo limitado e representativo, de respeito à propriedade privada, aos contratos e à livre iniciativa<sup>25</sup>.

Os primeiros passos dados pelo *IEE* e o *IL* para a consolidação de seus institutos foi a ampla divulgação de suas propostas políticas e econômicas. De acordo com o site do *IL*, seu trabalho inicial se concentrou na tradução, edição e publicação de livros e panfletos, de literatura liberal, os quais, segundo o instituto, eram escassos no Brasil<sup>26</sup>. Em seguida se voltaram para a produção de materiais didáticos que pudessem auxiliar a instrução ideológica de seus pares e dos meios formadores de opinião, assim como se ocuparam da elaboração de propostas de políticas públicas. Já o *IEE* tinha como prioridade o treinamento e a formação intelectual de empresários, prioritariamente jovens de famílias tradicionais do Rio Grande do Sul. Os dois *TTs* também promoveram palestras, colóquios e seminários, contando com a contribuição de professores, especialistas e intelectuais de diversas áreas do pensamento.

Existe uma ampla colaboração entre esses dois institutos, principalmente entre o *IEE* e o *Instituto Liberal do Rio Grande do Sul (ILRS)*, o qual passou a se chamar *Instituto Liberdade* em 2002, que abrange desde membros em comum nas suas gestões diretoras, até parcerias na realização de eventos e constante intercâmbio de palestrantes.

Podemos pensar esses *TTs*, como institutos que congregaram grupos de direita, no período da redemocratização pós-ditadura civil-militar de 1964. Como exposto na introdução, a abertura política proporcionou a entrada de novos atores na disputa política, movimentos sociais e partidos mais a esquerda, reivindicavam um espaço de participação que até então lhe era negado. O futuro da Nova República, com a confecção de uma nova Constituição e com um processo eleitoral mais amplo, era incerto e poderia acarretar em políticas contrárias aos interesses dos empresários. Dessa forma, organizar-se em institutos e formular propostas de políticas públicas como um grupo coeso, aumentava a chance de suas pressões e reivindicações serem acatadas pelos próximos governos. De acordo com Dreifuss<sup>27</sup>, “a intenção dos empresários com maior visão política era de criar órgãos fora dos formatos tradicionais de associação

---

<sup>25</sup> Entre as empresas que financiam os Institutos Liberais estão: Shell do Brasil, Xerox do Brasil, Hoescht do Brasil, Dow Química, Gessy Lever, Nestlé, Carrefour, Mesbla, Grupo Fenícia, Indústrias Villares, Bradesco, Banco de Crédito Nacional, Banco Noroeste, Citibank e Banco de Boston.

<sup>26</sup> Informação retirada do site: <http://www.institutoliberal.org.br/historia/>. Acesso em: 10/04/2016

<sup>27</sup> DREIFUSS, René. *O jogo da direita na Nova República*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989. (P. 49)



patronal, isto é: não só envolvidas com análise, consultoria ou lobby, mas também com o planejamento e a coordenação da ação política classista”, atuando, dessa forma “como pivôs de poder e ação política”. Para Eli Diniz,

*Com a democratização do país a partir de 1985, o empresariado desenvolveu, além dos tradicionais vínculos com a burocracia governamental, formas diferenciadas de articulação com o Congresso Nacional, o que se traduziu em algum grau de êxito na defesa de suas demandas mais relevantes, em cada conjuntura política*<sup>28</sup>.

Assim, com o propósito de levar as propostas neoliberais para um grupo diversificado que abrangesse desde empresários, até políticos, jornalistas, estudantes e professores universitários, o *IL* se preocupou em ter entre seus membros “intelectuais responsáveis por sua estruturação teórica como, por exemplo, José Luiz Carvalho, Og Francisco Leme, Antônio Carlos Porto Gonçalves entre outros”<sup>29</sup>. Cabe a profissionais ou especialistas produzir um saber em nome de um grupo, elaborando um discurso político que possa legitimar e unificar este em nome de uma causa, a luta dos profissionais é uma luta simbólica “pela conservação ou pela transformação do mundo social”<sup>30</sup>.

Em parceria com esses e outros intelectuais o *IL* produziu uma série de materiais, que vão desde panfletos, revistas, cartilhas, propostas de políticas públicas, além da edição de livros de autores clássicos, para serem comercializados ou distribuídos entre seus sócios, em bibliotecas, em espaços políticos e de negócios. Também promoveram cursos, colóquios, debates, seminários e conferências. O alcance de suas publicações e de suas atividades deveria ser o mais amplo possível para que o discurso neoliberal fosse pouco a pouco sendo naturalizado como imprescindível e inevitável. Entre as principais publicações do *IL* estão as Séries *Notas, Ideias Liberais, Políticas Alternativas* e o periódico *Think tank*.<sup>31</sup> Cabe salientar que os institutos do RJ e

<sup>28</sup>DINIZ, Eli. Empresariado industrial, representação de interesses e ação política: trajetória histórica e novas configurações. *Política & Sociedade*. Volume 9; nº17; outubro de 2010, p.101-139. (P. 113)

<sup>29</sup>CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. *A construção simbólica do neoliberalismo no Brasil (1983 - 1998): a ação pedagógica do Instituto Liberal*. Dissertação de Mestrado. São João Del Rei: UFJS, 2011. (P. 38)

<sup>30</sup>BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. (P. 173)

<sup>31</sup>“Nos primeiros dez anos de atividade do Instituto foram publicados 53 livros, 14 conferências, 11 ensaios e duas cartilhas, sendo a maioria de traduções de obras de autores consagrados na tradição liberal.



de SP foram os mais atuantes na produção intelectual desses materiais, os quais eram redistribuídos para os demais Estados.

Entre os pontos discutidos nas produções liberais estão: a análise de projetos de lei e de dispositivos constitucionais; os gastos com educação, saúde pública e previdência social; a defesa da propriedade privada; o rechaço a reforma agrária; a primazia do mercado; a liberdade e a responsabilidade individuais; privatização de empresas estatais e a flexibilização dos direitos trabalhistas. Para Flávio Casimiro<sup>32</sup>, o “antiestatismo neoliberal tem procurado, nos seus mecanismos pedagógicos e na sua propaganda midiática, apresentar-se com uma “roupagem” popular, ao reforçar as noções de liberdade e modernidade como sendo verdadeiramente possíveis apenas na esfera privada, ou seja, na própria liberdade do mercado”.

De acordo com Eli Diniz<sup>33</sup>, a década de 1990 representara “um importante ponto de inflexão na trajetória do capitalismo brasileiro”, pois nesse período ocorre a ruptura com o nacional-desenvolvimentismo e o questionamento do teor estatista desse. “Do ponto de vista ideológico, observou-se a articulação de um consenso entre os empresários em torno da postura neoliberal”<sup>34</sup>. Integrar-se na economia de mercado significava estar em consonância com os novos tempos e em articulação com o capital internacional.

O conceito de liberdade foi apropriado como sinônimo do (neo)liberalismo, se apresentando como algo exclusivo deste, só podendo existir dentro de um sistema político e econômico, baseado no livre mercado. A base desse pensamento vem do livro de Hayek *Caminho para a servidão* (1944), o qual afirma que qualquer governo que não se pautar nas bases neoliberais está fadado ao autoritarismo. Tanto o *IEE*, como o *IL* se utilizaram largamente desse discurso.

O *Instituto Liberal* se definia como seguidor da Escola Austríaca de Economia, mas também mesclava suas ideias com a Escola de Chicago, já o *IEE* não se classificava

---

Nesse período também foram realizadas mais de quinhentas conferências, seminários e palestras em todo o território nacional” (CASIMIRO, 2011, p.54).

<sup>32</sup>CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. *A construção simbólica do neoliberalismo no Brasil (1983 - 1998): a ação pedagógica do Instituto Liberal*. Dissertação de Mestrado. São João Del Rei: UFJS, 2011. (P. 21)

<sup>33</sup>DINIZ, Eli. Empresariado industrial, representação de interesses e ação política: trajetória histórica e novas configurações. *Política & Sociedade*. Volume 9; nº17; outubro de 2010, p.101-139. (P. 107)

<sup>34</sup>DINIZ, Eli. Empresariado industrial, representação de interesses e ação política: trajetória histórica e novas configurações. *Política & Sociedade*. Volume 9; nº17; outubro de 2010, p.101-139.



como pertencente a uma corrente ou outra, mas, da mesma forma que o *IL* suas concepções estão em consonância com as duas escolas citadas acima. A Escola Austríaca de Economia, fundadora do neoliberalismo, cujos principais pensadores são Ludwig von Mises e Friedrich von Hayek, passa a ter entrada na economia mundial a partir das décadas de 1970 e 1980 e tem como conceitos centrais, a desigualdade natural entre os homens, a política do Estado mínimo e a mão invisível do mercado como reguladora da economia. Ela se afasta do liberalismo clássico, apresentando um formato mais conservador que defende a supressão quase total do Estado e o livre-mercado como pressuposto de liberdade<sup>35</sup>. Para Hayek as regras do livre mercado são “espontâneas y naturales, mientras que otros modelos son deliberadamente diseñados y por lo tanto antinaturales”<sup>36</sup>.

A Escola de Chicago, cujos principais representantes são Milton Friedman e George Stigler, estabelece que o exercício da liberdade se dá apenas nas instituições capitalistas e que as posturas socialistas são lesivas a liberdade de mercado e aos direitos civis. Dessa forma, afirmam que os gastos públicos com a proteção social, resultam em inflação e danificam a base do sistema capitalista, que se baseia nos incentivos diferenciais por mérito e esforço<sup>37</sup>.

De acordo com Morresi, resguardadas as diferenças entre os autores,

*Friedman y Stigler llegaron a conclusiones muy similares a las de la escuela austríaca y sostuvieron que la intervención estatal en la economía es perjudicial para el desarrollo económico y para la libre expresión. A diferencia de los austríacos, los economistas de Chicago creían que había algunos tipos de intervención más nocivos que otros. Por ejemplo, para ellos, las reglamentaciones sobre el salario mínimo, la enseñanza pública y el control de los precios de los alquileres son más preocupantes que los impuestos extraordinarios para gastos concretos (como los militares). Para Milton Friedman, sin embargo, eran dos las acechanzas más peligrosas para el sistema liberal y capitalista: la emisión monetaria inflacionaria y el sistema de seguridad social*<sup>38</sup>.

<sup>35</sup>GROS, Denise Barbosa. *Institutos Liberais e Neoliberais no Brasil da Nova República*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Hoiser, 2002. (P. 20)

<sup>36</sup>MORRESI, Sergio. *La nueva derecha argentina: la democracia sin política*. Los Polvorines: Univ. Nacional de General Sarmiento; Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 2008. (P. 21)

<sup>37</sup>MORRESI, Sergio. *La nueva derecha argentina: la democracia sin política*. Los Polvorines: Univ. Nacional de General Sarmiento; Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 2008. (P. 22-24)

<sup>38</sup>MORRESI, Sergio. *La nueva derecha argentina: la democracia sin política*. Los Polvorines: Univ. Nacional de General Sarmiento; Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 2008. (P. 23)



As questões levantadas por esses autores e as concepções sociais e econômicas trazidas por essas Escolas formaram a base argumentativa do *IEE* e do *IL* na difusão das ideias neoliberais para o Brasil, assim como serviram para legitimar as propostas de políticas públicas feitas pelo *IL*.

A título de exemplo de como esse discurso foi elaborado nas produções do *Instituto Liberal* apresentarei as ideias difundidas no livro *Problemas Sociais/Soluções Liberais*, editado em 1995. Esse tem 40 páginas e faz parte de uma série de publicações intitulada *Políticas Alternativas*, que tinha por objetivo examinar alguns problemas do país<sup>39</sup>, “as conclusões desses estudos, depois de examinarem o funcionamento desses sistemas no Brasil e em vários países do mundo, mostram a virtual falência do Estado nessas atividades”<sup>40</sup>. *Problemas Sociais/Soluções Liberais* é uma síntese de quatro documentos da série: *Previdência social, Educação, Saúde e Habitação popular*<sup>41</sup>, e tem apenas sua apresentação assinada, por Arthur Chagas Diniz (Diretor-Executivo do *ILRJ* na data), os demais textos são uma compilação dos autores das citadas publicações.

Com o propósito de debater, criticar e apresentar uma proposta alternativa aos programas de educação, saúde, previdência e habitação do país, o instituto se valeu do argumento de que os serviços públicos são de baixa qualidade e não podem ser controlados pelos consumidores, que ficam à mercê dos serviços que lhes são oferecidos, sem ter a “liberdade” de escolher outros. Nesse sentido, afirmam que o governo deveria se preocupar apenas com a fiscalização dos serviços, pois, para eles “o papel do Estado não é planejar a economia, nem construir uma sociedade igualitária. A principal função do Estado deve ser a de manter a ordem e garantir que as leis sejam cumpridas”<sup>42</sup>.

---

<sup>39</sup> A série *Políticas Alternativas*, apresenta os seguintes títulos: 1) Previdência Social; 2) Educação; 3) Mercosul; 4) Capital Estrangeiro; 5) Política Industrial; 6) Saúde; 7) Petróleo; 8) Energia elétrica; 9) Orçamento Fiscal; 10) Telecomunicações; 11) Gás natural; 12) Legislação trabalhista.

<sup>40</sup>Fonte: *Problemas sociais/Soluções Liberais*. RJ: Instituto Liberal, 1995, p.1. Acervo: Biblioteca PUCRS

<sup>41</sup> Os autores dos documentos são: Previdência social – José L. Carvalho e Clóvis de Faro; Educação – Maria Alice Fonseca; Saúde – Getúlio Borges da Silveira, Armando Leite Ferreira e Odemiro Fonseca; Habitação popular – Donald Stewart Jr.

<sup>42</sup> Fonte: *Problemas sociais/Soluções Liberais*. RJ: Instituto Liberal, 1995, p.4. Acervo, Biblioteca PUCRS.



Para a educação o *IL* defende que, o “papel do Estado deve idealmente cingir-se ao fornecimento de recursos, e não à prestação do serviço”<sup>43</sup>. O investimento em educação na época era de 3,6% do PIB (US\$ 18 bilhões), “o projeto liberal prevê que para oferecer um programa de cheque-educação para 100% das crianças entre 7 e 14 anos, para a totalidade dos estudantes carentes no 2º grau e ainda financiar 100% dos universitários matriculados nas universidades estaduais o poder público despenderia cerca de US\$ 16,7 bilhões”<sup>44</sup>. Para o *IL* o projeto do cheque-educação acabaria “com o privilégio existente para o reduzido número de estudantes universitários, facilita o acesso ao 2º grau e, especialmente, acaba com o indesejável monopólio da educação que asfixia o país, desde o ensino fundamental, prejudicando a todos, mas especialmente aos mais carentes”<sup>45</sup>. O citado privilégio universitário se baseia nos dados trazidos pelo *IL* que o governo federal aplicava 62% dos seus recursos no ensino superior, sendo o subsídio de um estudante universitário 500 vezes maior do que recebia um aluno do 1º grau.

Importante notar que o discurso é construído no sentido de agregar as camadas mais pobres do país ao projeto liberal. Mesmo propondo a limitação do financiamento para educação pública, a argumentação se pauta no sentido da liberdade que a família que recebesse o cheque-educação teria para escolher a instituição de ensino dos seus filhos.

Resumidamente, o projeto educacional prevê que todos os estudantes de ensino fundamental (independentemente da renda da família), teriam direito ao cheque-educação, o qual poderia ser usado em instituições públicas ou privadas. “O projeto liberal prevê o fornecimento de cheque-educação unitários de valor equivalente a US\$ 480/ano para a totalidade dos estudantes”<sup>46</sup>, podendo haver diferenças de acordo com a região do país. Do montante desses cheques deveriam ser quitados os “salários dos professores e funcionários de cada escola, bem como a totalidade de outras despesas”<sup>47</sup>. A administração das escolas públicas estaria a cargo dos professores, e seria de suas responsabilidades uma boa gestão, a qual proporcionaria o aumento do número de

---

<sup>43</sup>*Ibidem.* p.7

<sup>44</sup>*Ibidem.* p.8

<sup>45</sup>*Ibidem.* p.8

<sup>46</sup>*Ibidem.* p.10

<sup>47</sup>*Ibidem.* p.9



alunos e, conseqüentemente, de seus rendimentos. “O descaso, a má administração e outros deméritos farão a escola perder alunos, ter menor rentabilidade e baixarão a remuneração dos professores e funcionários”<sup>48</sup>. Nesse sentido, o projeto liberal incentivava a concorrência entre as escolas públicas e particulares, esperando o “aperfeiçoamento no sistema de educação”.

Para o ensino médio, apenas seriam fornecidos cheques-educação aos alunos com carência financeira, no valor de US\$720/ano<sup>49</sup>. O funcionamento e a gestão das escolas públicas seguiriam o mesmo modelo que o explicado para ensino fundamental. Já, para o ensino superior, que era considerado um privilegiado dos recursos públicos, devido ao número reduzido de alunos que possuía, o *IL* propõe o financiamento de US\$ 2.200/ano “para a universidade pública ou privada a alunos com aptidão comprovada pelos exames vestibulares ou outro modelo de aferição de conhecimento. O repagamento do financiamento ocorrerá a partir do encerramento do curso universitário”<sup>50</sup>. Dessa forma, não haveria mais um sistema universitário gratuito, apenas subsídios que ajudariam a custear o curso, mas que deveriam ser devolvidos aos cofres públicos após o término da faculdade.

Para a área da saúde, o *IL* propõe que os 5% do PIB que eram gastos com saúde no Brasil, em 1995, continuassem a ser investidos, mas de forma diferente. Seguindo a mesma lógica dos cheques-educação, a proposta do *IL* era distribuir para todos os brasileiros, independentemente da renda, o *Crédito Individual de Saúde* (CIS), pelo qual os cidadãos poderiam adquirir um “um plano básico de saúde nas *Entidades Mantenedoras de Saúdes* (EMS), instituições públicas ou privadas de natureza médica que, em regime de livre competição, receberão de cada brasileiro os CIS e a eles garantirão todos os direitos previstos no *Plano Básico de Saúde*”.<sup>51</sup> Para o instituto “com o equivalente a US\$ 150/hab/ano seria possível dar um seguro que garantiria cobertura integral de saúde, inclusive assistência odontológica até os 16 anos, e mais o fornecimento de remédios”<sup>52</sup>. Assim, da mesma forma que elaboraram seu discurso para a educação, afirmavam que o projeto liberal não tinha por objetivo privatizar a

---

<sup>48</sup>*Ibidem.* p.9

<sup>49</sup> Para o ensino básico previa-se o gasto de US\$ 14, 4 bilhões, para o ensino médio US\$ 1 bilhão e para o ensino superior US\$ 1,32 bilhões, por ano.

<sup>50</sup>*Ibidem.* p.14

<sup>51</sup>*Ibidem.* p.21

<sup>52</sup>*Ibidem.* p.18





assistência médico-hospitalar, mas “tornar o Estado responsável pelo acompanhamento e fiscalização do sistema, tirando-o das funções que executa com menor eficiência: a de provedor de serviços”<sup>53</sup>.

É possível perceber que alguns pontos se repetem nas propostas de políticas públicas do *IL*. A ineficiência do Estado enquanto fornecedor de serviços é sempre ressaltada, pois a ele não caberia prover ou administrar serviços de educação, saúde, entre outros. Esses deveriam ser executados apenas por empresas privadas, as quais zelariam pela qualidade e não sucumbiriam facilmente a corrupção. Ao Estado caberia a fiscalização desses serviços.

No caso da previdência social, O *IL* defende a substituição do regime de repartição, pelo de capitalização. “O regime de capitalização, em que cada um é responsável pela formação de seu próprio pecúlio, consiste em contribuições mensais para fundos de pensão de natureza privada”<sup>54</sup>. De acordo com o instituto “[...] com uma contribuição equivalente a 10,5% do salário garante-se ao trabalhador aposentado 70% de sua renda quando na ativa”. Dessa forma, seria de responsabilidade do trabalhador e não do empregador, fazer um fundo previdenciário, para ter direito a aposentadoria. O *IL* afirma ainda que, “além de sua contribuição para o fundo de previdência, o cotista deverá contribuir com 2,5% sobre seu rendimento para um seguro de invalidez ou morte. Sugere-se que suprimida integralmente a contribuição da empresa e do empregado ao INPS, 15,7% sejam incorporados como aumento de salário e os 10% remanescentes representem na realidade, uma redução dos custos da mão-de-obra no Brasil e, certamente, um aumento na oferta de empregos”<sup>55</sup>.

A reforma no sistema previdenciário é uma velha reivindicação do setor empresarial, que se diz prejudicado e sobrecarregado com os gastos, exigidos do Estado, para pagar os direitos trabalhistas. A proposta do *IL* desonera as empresas de sua obrigação com a previdência e ainda promete reduzir o custo da mão-de-obra, com aumento de salário e oferta de empregos. De acordo com Denise Gros,

*A redefinição da legislação sobre as relações de trabalho, como era de se esperar, é assunto da maior importância no projeto dos Institutos Liberais. Para o neoliberalismo, o pressuposto de igualdade das partes contratantes,*

---

<sup>53</sup>*Ibidem.* p.21

<sup>54</sup>*Ibidem.* p.29

<sup>55</sup>*Ibidem.* p.29



*que devem poder negociar condições de trabalho sem interferências, especialmente do Estado, é elemento fundamental para se atingir a liberalização da economia e a soberania do mercado. As críticas feitas à legislação trabalhista, herdada dos anos 30, apontam tanto a sua inadequação ao desenvolvimento da economia e da sociedade brasileiras quanto o agravamento dessa inadequação pelos “avanços trabalhistas” conquistados pelos representantes dos trabalhadores na Constituinte e incorporados à Constituição de 1988. Os estudos divulgados pelos Institutos Liberais sobre esse tema enfatizam a necessidade de “liberar” os trabalhadores dos entraves trabalhistas que dificultam o livre jogo do mercado provocam desemprego e aumento da informalidade<sup>56</sup>.*

Nesse sentido, a construção dos textos do instituto se produzia no sentido de convencer o público leitor de que as propostas (neo)liberais eram as únicas possíveis para fazer o país avançar e vencer o subdesenvolvimento. Junto com a argumentação propositiva dessas ideias, também se negava a validação de outras que as contrapunham. Assim o convencimento se construía pela difamação do outro e das propostas ditas ultrapassadas. Pierre Bourdieu<sup>57</sup>, ao explicar o funcionamento dos campos políticos, afirma que eles se organizam “em torno da oposição entre dois pólos” e que nada, “nem nas instituições ou nos agentes, nem nos actos ou nos discursos que eles produzem, tem sentido senão relacionalmente, por meio do jogo das oposições e das distinções”. Dessa forma pode-se entender os *TTs* como uma peça dentro do campo político da(s) direita(s), o qual se constrói como um campo de forças e de luta que “geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos”<sup>58</sup>.

O convencimento no campo das ideias é, dessa forma, fundamental para que as concepções neoliberais sejam reconhecidas, aceitas e desejadas tanto para um público específico, como os empresários, como para a sociedade em geral. Os *TTs* não são os únicos responsáveis pela construção e divulgação desses princípios, mas tem um papel fundamental para a legitimação desses, uma vez que se apresentam como instrumentos de produção científica, sem vinculações partidárias. O *IL* e o *IEE* propagaram uma concepção de mundo que está em consonância com as redes transnacionais de *think tanks* e tem destaque, no Brasil, na produção de textos, na elaboração de propostas de

<sup>56</sup>GROS, Denise Barbosa. *Institutos Liberais e Neoliberais no Brasil da Nova República*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Hoiser, 2002. (P. 215)

<sup>57</sup>BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. (P. 179)

<sup>58</sup>BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. (P. 164)



políticas públicas, na realização de eventos e no treinamento intelectual de seus membros.

Como fechamento desse artigo, pode-se inferir que seguimentos importantes da direita brasileira, incorporam na Nova República o discurso neoliberal, se afastando do caráter estatal e da teoria desenvolvimentista defendida até a década de 1970. A reformulação de seus projetos econômicos e o retorno da democracia política propiciou a aglutinação dessa direita em instituições, como os *think tanks*, os quais foram responsáveis, entre outros elementos, por afinar um discurso ideológico e definir uma ação relativamente coesa desse(s) grupo(s).

## Referências

ACUÑA, Carlos. Enseñanzas, mitos y realidades de la coordinación entre la sociedad civil y el Estado en América Latina. Un análisis comparativo de la incidencia de think tanks y su coordinación con el Estado para mejorar políticas y programas de combate a la pobreza en México, Brasil, Ecuador y Uruguay. IN: *XIV Congreso Internacional del Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo (CLAD) sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública*. Salvador de Bahía, Brasil, 27 - 30 de octubre 2009.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. *A construção simbólica do neoliberalismo no Brasil (1983 - 1998): a ação pedagógica do Instituto Liberal*. Dissertação de Mestrado. São João Del Rei: UFJS, 2011.

DREIFUSS, René. *O jogo da direita na Nova República*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.

DINIZ, Eli. Empresariado industrial, representação de interesses e ação política: trajetória histórica e novas configurações. *Política & Sociedade*. Volume 9; nº17; outubro de 2010, p.101-139.

GROS, Denise Barbosa. *Institutos Liberais e Neoliberais no Brasil da Nova República*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Hoiser, 2002.

McGANN, James. *Global Go to Think Tank*. Index Report. Philadelphia: University of Pennsylvania, 2013. Disponível em: <http://gotothinktank.com/dev1/wpcontent/uploads/2014/01/GoToReport2013.pdf>.

McGANN, James. Think tanks y La transnacionalización de da política exterior. *Electronic Journal of the US Department of State*, v. 7, n. 3, 2002.

MATO, Daniel. THINK TANKS, fundaciones y profesionales en la promoción de ideas (neo)liberales en América Latina. In: GRIMSON, Alejandro. *Cultura y Neoliberalismo*. CLACSO: Buenos Aires, 2007.

MORRESI, Sergio. *La nueva derecha argentina: la democracia sin política*. Los Polvorines: Univ. Nacional de General Sarmiento; Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 2008.

PIRES, Cássio. *O signo da liberdade e a execução do Estado: o pensamento Neoliberal por meio do Fórum da Liberdade de Porto Alegre (1988-1993)*. Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

PUELLO-SOCARRÁS, José Francisco. Ocho tesis sobre el Neoliberalismo (1973-2013). In: RAMÍREZ, Hernán (Org.) *Neoliberalismo sul-americano em clave transnacional: enraizamento, apogeu e crise*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2013, p.13-57.

FISCHER, Karin e PLEHWE, Dieter. La formación de la sociedad civil neoliberal en América Latina: redes de think tanks e intelectuales de la nueva derecha. In: RAMÍREZ, Hernán (Org.) *Neoliberalismo sul-americano em clave transnacional: enraizamento, apogeu e crise*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2013, p.58-78.



RAMÍREZ, Hernán. El neoliberalismo en una perspectiva conosureña de largo plazo.  
In: RAMÍREZ, Hernán (Org.) *Neoliberalismo sul-americano em clave transnacional:  
enraizamiento, apogeu e crise*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2013, p.311-348.